

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, A
REALIZADA NO DIA 2 DE NOVEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Ausentes as senhoras Vereadoras Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira e Margarida José César Osório Silva Duarte, ambas por motivos de saúde, própria e de familiar.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara** informou o executivo que esteve presente, na passada quinta-feira, no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, no

Presidente

Secretário

qual foram discutidos a proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2012 e a Reforma Administrativa do Estado. Informou que este tema será debatido novamente amanhã, bem como outros temas, fundamentais para o País em geral e para o Município de Lamego em particular.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)

O senhor **Presidente da Câmara** informou, ainda, que esteve presente, no passado dia 18 de Outubro, em Oeiras, na “6.ª exposição – conferência da água”. Nesta conferência fez uma intervenção sobre o tema “Reestruturação e Privatização” da água, e mais concretamente “A falência dos sistemas multimunicipais de água e resíduos em territórios de baixa densidade”.

Referiu que naquela conferência, entre outros aspectos, abordou questões relacionadas com a caracterização dos territórios de baixa densidade, em que existem maiores investimentos, maior dispersão geográfica, maiores custos de exploração dos sistemas, mas em que a rentabilidade é menor e, por isso, as tarifas serem mais elevadas, o que conduzirá, a curto prazo, ao colapso deste sistema.

Daí a necessidade de mais investimentos nos territórios de baixa densidade, com cobertura dos seus custos pelo Estado e de uma profunda organização do sector.

Apontou como soluções alternativas que resolvam todos os constrangimentos actuais nos sistemas em “Alta” a fusão das Empresas Multimunicipais que operam em cada uma das áreas geográficas que integram a Nut II, bem como a optimização tarifária e a revisão de pressupostos das concessões.

Assim, salientou a fusão da Empresa de Águas de Douro e Paiva, em que considerando um período de mais 15 anos de prorrogação de concessão, deveria permitir a absorção das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, acompanhada da absorção da rede de saneamento.

Por outro lado, e numa 2ª. Fase defendeu as integrações dos Sistemas em “Baixa”, através da integração plurimunicipal e a adopção de modelos de gestão empresarial.

Salientou, igualmente, a necessidade da absorção da dívida existente pelo Estado.

Por fim mostrou-se bastante preocupado com a possível privatização da Empresa Águas de Portugal.

Presidente

Secretário

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** declarou que concorda com as posições assumidas pelo senhor Presidente da Câmara, mas não pelos motivos por ele invocados, uma vez que sempre pensou e defendeu que, em matérias de serviços fundamentais e essenciais, como é o caso do serviço público de captação, tratamento e distribuição ao domicílio das águas para fins domésticos (e outros) sempre entendeu que devem ser públicos e nunca objeto de interesses de natureza meramente empresarial e/ou comercial. As questões não devem ser, portanto, colocadas em termos da maior ou menor rentabilidade empresarial mas sim em termos de prestação de um serviço essencial à qualidade de vida de todos os cidadãos, querendo significar com isso que matérias ligadas à boa gestão do setor devem estar sempre asseguradas, mas não devem constituir o fim último de tais serviços.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto**, dada a ausência da senhora Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, informou que no passado dia 29 de Outubro, a referida Vereadora juntamente com a senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte e ele próprio, estiveram em representação da Câmara na inauguração da fase final do edifício sede da Associação de Cultura e Desporto de S. Bento de Ferreirim, na Freguesia de Ferreirim.

Salientou a qualidade do edifício, o qual dispõe de espaços para as várias atividades que irão decorrer e que já vêm fazendo parte do calendário anual daquela Associação.

O Senhor Presidente da Associação agradeceu os apoios recebidos das várias empresas e também de cidadãos individuais, destacando o apoio recebido da Câmara Municipal de Lamego.

ASSUNTO: IC26 – LAMEGO - TRANCOSO (COD 40)

O senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico deu conhecimento ao executivo, do teor do ofício n.º 89605 de 2011.10.14, emanado da Estradas de Portugal, S.A., relativamente ao estudo prévio do IC26 entre Lamego e Trancoso, esclarecendo que foi rescindido o contrato com a equipa de estudo prévio, não havendo data prevista para o lançamento de novo estudo.

Assim, deve o Exmo. Executivo pronunciar-se sobre este assunto.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo manifestou o seu desagrado pela suspensão do processo e considerou que, dado o volume de investimentos feito, estamos perante uma discriminação notória ao não ser realizada esta infra-estrutura rodoviária. No entanto, a verificar-se esta situação, terá que haver uma alternativa aquela via.

ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo 11ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 1.432,275,00€. A esta alteração corresponde, também, a 11.ª Alteração do Plano de Actividades reforçado em 141.825,99€, e a Alteração do Plano de Investimentos, anulado em 1.273.950,00€ e reforçado em 873.950.00€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 18 de Outubro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DO CÉU RAMOS DE CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 548/01/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a senhora Maria do Céu Ramos de Carvalho solicitou o pagamento em 3 prestações da dívida de água referente à instalação nº 27292, pelo que, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 15º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças, em vigor neste Município, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do referido pedido.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

03-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DE RAMAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)**REQUERENTE: AGOSTINHO DUARTE OLIVEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 549/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 778/DMSU, de 18 de Outubro de 2011, seja autorizado o pagamento em dez prestações mensais, iguais e sucessivas dos valores de execução do ramal de fornecimento de água e de drenagem de águas residuais, da instalação predial sita no Lugar de Cimo de Vila, freguesia de Samodães, propriedade de Agostinho Duarte Oliveira.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: DANIEL RIBEIRO ALVES ALMEIDA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 550/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 791/DMSU, de 21 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 69161, relativa ao mês de Junho de 2011, referente à instalação n.º 11149, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 117,96€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: HORÁCIO CORREIA PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 551/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 781/DMSU, de 18 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 95282, relativa ao mês de Agosto de 2011, referente à instalação n.º 7407, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 35,69€.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

06-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DA FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ NORBERTO PIMENTA MAGALHÃES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 553/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 769/DMSU, de 13 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 95058, relativa ao mês de Agosto de 2011, referente à instalação n.º 10039, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 66,66€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

07-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DE LURDES PEREIRA FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 554/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 759/DMSU, de 10 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 109135, relativa ao mês de Setembro de 2011, referente à instalação n.º 7746, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 192,36€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ MARIA PIRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 552/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 787/DMSU, de 20 de Outubro de 2011, propondo a anulação da factura n.º 101981/11, relativa ao mês de Agosto, referente à instalação n.º 16125, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, devendo ser emitida nova factura no valor 114,33€.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR ÁGUAS PLUVIAIS (COD 17)

REQUERENTE: CARLOS ALBERTO RODRIGUES CARVALHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 555/17/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 384/PAT, de 21 de Setembro de 2011, dando conhecimento que o senhor Carlos Alberto Rodrigues Carvalho endereçou um requerimento a esta Câmara Municipal, no sentido de ser ressarcido do valor de 5.845,00 € (cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco euros), por danos que foram causados na sua casa sita no r/c esquerdo, Bloco B, da Quinta de S. João, na sequência de uma inundação provocada pelo escoamento deficiente das águas, na Av. Afonso Henriques, que estava completamente inundada devido ao entupimento das sargetas.

A queixa do requerente foi encaminhada para a seguradora do Município que sob o pretexto de o sinistro ter ocorrido devido às chuvas intensas que se fizeram sentir, declinando qualquer responsabilidade, por no âmbito de cobertura da apólice, uma vez que a ocorrência de fenómenos da natureza não podem ser imputados ao Município, não assumiu por isso, o pagamento da indemnização.

Esta decisão foi comunicada ao requerente que demonstrou a sua discordância e solicitou que, nesse caso, deveria ser o próprio Município a assumir o pagamento da indemnização.

Por esse motivo e após deslocação ao local e prospecção dos preços dos materiais necessários para repor a situação existente antes do sinistro, se apurou que o valor justo de indemnização, a ser prestada, seria de 4.047,18 €, (quatro mil e quarenta e sete euros e dezoito cêntimos).

Face ao exposto, propõe a apreciação e deliberação sobre se deve, ou não, a Câmara Municipal efectuar o pagamento da indemnização no valor de 4.047,18 €, (quatro mil e quarenta e sete euros e dezoito cêntimos).

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, indemnizar o requerente no valor de 4.047,18€.

Presidente

Secretário

Mais deliberou, igualmente por unanimidade, que, acto continuo, seja intentada a correspondente acção contra a Companhia de Seguros, para que esta reponha o valor da indemnização.

10-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2012 (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 556/27/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14º e do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), propõe à Exma. Câmara Municipal:

- Aprovação da fixação da taxa de Derrama em 1,5% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e com um volume de negócios em 2011 superior a € 150.000,00, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
- Aprovação da isenção da Derrama para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e com um volume de negócios em 2011 inferior e igual a € 150.000,00, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Mais, propõe que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53º da já citada Lei conjugada com o n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberado: Aprovado por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, que prestou a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista tem sido contrário ao lançamento da Derrama no Município de Lamego, em virtude de considerar que a mesma deveria ser fundamentada, por razões de transparência e de rigor, com a explicitação detalhada do destino específico de tal receita. Por outro lado, sempre defendemos que o lançamento da Derrama penalizaria bastante o tecido empresarial lamecense, de uma maneira geral, já que mesmo estando isento para volumes de negócio inferiores a 150.000 €, a verdade é que mesmo assim ainda irá penalizar muitas empresas de Lamego no momento particularmente difícil que todos atravessamos. Ou seja, em vez de se tentar reduzir ao máximo o esforço financeiro pedido às empresas e às pessoas que vivem e desenvolvem as suas atividades profissionais no nosso concelho,

Presidente

Secretário

continua a Câmara de Lamego a exigir contributos extraordinários e pesados aos seus concidadãos, situação e atitude que merecem a nossa mais viva e profunda discordância.”

11-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS DE 2012 (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 557/27/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, propõe à Exma. Câmara Municipal a aprovação de uma participação de 5% de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial do Concelho de Lamego, relativa aos rendimentos do ano 2012 a cobrar em 2013, calculada sobre a respectiva colecta líquida das previstas no código de IRS.

Mais, propõe que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da já citada Lei conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberado: Aprovado por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, que prestou a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista sempre manifestou a sua profunda discordância pela aplicação da participação de IRS pela percentagem mais elevada que a lei admite. Esta opção política da Coligação PSD/CDS-PP é muito penalizadora para as pessoas e famílias lamecenses, como sempre dissemos, e agora de forma mais evidente e assertiva, dada a profunda crise que atravessamos actualmente. Tendo em conta que os municípios vizinhos demonstram possuir uma consciência social bem mais adequada às circunstâncias actuais, que o município de Lamego, uma vez que têm optado por participações mais baixas que as praticadas em Lamego, resulta ainda mais claro que os factores de atractividade do nosso concelho regridem a olhos vistos como, aliás, se nota já pelas estimativas de baixa na receita do IRS, em resultado e por via do empobrecimento do nosso tecido produtivo que, mesmo assim, continua a ser penalizado pela taxa mais elevada do IRS que às autarquias é possível aplicar. Daqui a razão do nosso voto contra.”

Presidente

Secretário

12-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2012 (COD 33-A)

Presente proposta de deliberação n.º 558/33-A/10 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, não seja fixada qualquer taxa municipal de direitos de passagem e, por conseguinte, não se proceda à sua aplicação, por se entender que não devem ser os consumidores finais a pagar a taxa prevista naquela legislação, mas sim as empresas de comunicação.

Mais propõe que, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, seja submetida à Assembleia Municipal, para discussão e votação.

Deliberado: Aprovada por maioria com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, que fez a seguinte declaração de voto: “Abstive-me nesta deliberação por entender que a fundamentação apresentada é inadequada e absolutamente contraditória, no que às posições da Coligação PSD/CDS-PP dizem respeito. De fato, não se percebe lá muito bem como é que se pode fundamentar uma decisão com base numa pretensa preocupação em defesa dos consumidores finais, quando estes encargos são praticamente irrisórios, e este poderoso argumento ser completamente esquecido e omissos no estabelecimento das taxas mais elevadas do IMI e da Derrama, esses sim, profundamente penalizadores do tecido empresarial e das famílias lamecenses. Em todo o caso, e manifestando a preocupação que sempre tivemos, em todos os casos e em todas as situações, opto pela abstenção, por nos parecer que é a mais adequada à situação presente.”

13-ASSUNTO: LIGAÇÃO DA CAPELA DE SANTA LUZIA A SANDE – RECEPÇÃO PROVISÓRIA (COD 41)

Presente proposta de deliberação n.º 559/41/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, no seguimento da assinatura do auto de recepção provisória da empreitada de ligação da capela de Santa Luzia a Sande, propondo à Exma. Câmara a sua homologação e aprovação da conta final da mesma.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

14-ASSUNTO:CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A ARRUMOS AGRÍCOLAS (COD 42)**REQUERENTE:** JOSÉ AMARO ALBINO**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO POUSADOURO - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 560/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual face ao teor da informação n.º 3743/DUDE, de 21 de Setembro de 2011, e dado que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, do projecto de decisão de declaração de caducidade do acto de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, e não tendo solicitado a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, nem se pronunciou dentro dos prazos concedidos, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere declarar a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, dando conhecimento desta decisão ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA À COBERTURA E ZONAS COMUNS (COD 42)**REQUERENTE:** LOJA DO CONDOMÍNIO RIBAS E RIBAS, LDA.**CONSTRUTOR:** CONSTRUÇÕES CARVALHO & PEREIRA, LDA.**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE S. JOÃO, LOTE 4 - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 561/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do n.º 2 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 48, de 27 de Setembro de 2011, e se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA (COD 42)

PROPRIETÁRIO: RUI MIGUEL DUARTE RODRIGUES NUNES E ISABEL MARISA DUARTE RODRIGUES NUNES

QUEIXOSO: MANUEL CARLOS AUGUSTO G. OSÓRIO

Presidente

Secretário

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA CAROSA, FELGUEIRAS - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 562/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do n.º 2 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 48, de 27 de Setembro de 2011, e se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, remeter este processo à Junta de Freguesia de Cambres, com vista à resolução dos assuntos relativos às águas pluviais e enviar cópia do processo ao Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF).

Ausente o senhor Vereador Jorge Guedes Jorge Guedes Osório Augusto, por ter invocado impedimento resultante de razões de natureza familiar.

17-ASSUNTO: VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS PARA VERIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E COMPRESSOR (COD 42)

REQUERENTE: MARIA ONDINA CORREIA DIAS SANTOS ALMEIDA, ADMINISTRADORA DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SITO NA AV. 5 DE OUTUBRO, COM OS N.ºS 28, 28-A E 28-B.

LOCAL: CAFÉ ALMEDINA — ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 565/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação técnica n.º 3370, de 25 de Agosto ultimo, relativa ao requerimento apresentado em 27 de Julho de 2005 pela requerente supra identificada, relativa ao estabelecimento de bebidas denominado “Café Almedina”, a funcionar na fracção autónoma designada pela letra H, no rés-do-chão, do edifício referenciado em epígrafe.

Assim, com fundamento na argumentação apresentada na referida proposta de deliberação, propõe à Exma. Câmara que delibere o arquivamento do processo administrativo n.º 421/05, após o que deverá tal acto administrativo ser notificado à requerente, bem como à proprietária e arrendatária da fracção autónoma na qual se encontra instalado o “Café Almedina”.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, o arquivamento do processo administrativo n.º 421/05, após o que deverá tal acto administrativo ser notificada a

Presidente

Secretário

requerente, bem como a proprietária e arrendatária da fracção autónoma na qual se encontra instalado o “Café Almedina”.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA – OLD ROCK CAFÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 563/51/11 do senhor Vereador das Actividades Económicas e Turismo, para que, no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do Old Rock Café, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 5, 12, 19 e 26 de Novembro de 2011 e 3, 10, 17 e 31 de Dezembro de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

19-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 564/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao conteúdo da informação n.º 786/DMSU de 20 de Outubro de 2011, seja alterado o painel adicional do sinal de estacionamento autorizado (H1a), em frente à Segurança Social de Lamego, na Rua Dr. Manuel Pereira Cardoso, com vista a que onde refere “Ambulâncias” passe a referir “Ambulâncias e Segurança Social (das 16.30h às 8.30h) ”.

A sinalização de trânsito aqui referida está regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, alterada pelo Decreto Regulamentar n.º 41/02, de 20 de Agosto.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

20-ASSUNTO: DESCARGAS RESIDUAIS NO SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CAMBRES (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 566/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, referente ao conteúdo do requerimento da Lacticínios do Paiva, S.A., datado de 13/10/2011, cujo teor versa sobre as dificuldades operacionais da empresa, fruto das inúmeras participações às autoridades ambientais sobre a alegada actividade ilegal de descargas industriais que lhes são atribuídas pela ATMAD e em sequência das quais decorre uma investigação da Polícia Judiciária.

Assim, submete a proposta de deliberação à apreciação da Exma. Câmara, solicitando se digne pronunciar-se sobre a matéria versada.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.

21-ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A REALIZAÇÃO DO XII PASSEIO DE AUTOMÓVEIS CLÁSSICOS – DOURO PATRIMÓNIO MUNIDAL-RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 567/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 806/DMSU, de 26 de Outubro de 2011, seja ratificado o seu despacho que autorizou a realização do XII Passeio de Automóveis Clássicos – Douro Património Mundial, a realizar pelo Clube Automóvel de Lamego, no dia 30 de Outubro de 2011, bem como o estacionamento em frente ao Tribunal de

Presidente

Secretário

Lamego, entre as 16.00h e as 18.00h na Rua do Regimento de Infantaria n.º 9, em frente à Enoteca Douro (3 lugares de estacionamento entre as 15.30h e as 18.30h). Propõe ainda a ocupação do espaço público na Central de Camionagem para a realização de uma prova de Slalon, entre as 16.00h e as 18.00h.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

22-ASSUNTO:PEDIDO DE RESERVA DE UM ESPAÇO NO LARGO DO ESPIRITO SANTO – (COD 54)

REQUERENTE: PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DA SÉ - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 568/54/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, em face do requerimento da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção da Sé, seja reservado um espaço no Largo do Espírito Santo, junto à Capela, para instalação de uma quermesse, com o objectivo de se dar a conhecer a obra de restauro da Igreja do Desterro, bem como para angariar donativos para a mesma, desde o dia 1 a 23 de Dezembro, próximo.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, reservar um espaço no Largo do Espírito Santo, conforme solicitação da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção da Sé.

23-ASSUNTO:AJUSTAMENTO DOS PREÇOS DAS BEBIDAS SERVIDAS NA CANTINA MUNICIPAL DE ALEMGO – (COD 57)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 569/57/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural, para que sejam ajustados os preços, abaixo referidos, das bebidas servidas na cantina Municipal, considerando a evolução anual, dado que os preços se mantêm inalteráveis desde 2003.

	Preço Actual	Preço Proposto
Café	0,40	0,50
Água	0,50	0,60
Sumos	0,50	0,60
Cerveja	0,50	0,70
Vinho branco	0,60	0,80

Presidente

Secretário

Vinho tinto	0,60	0,80
-------------	------	------

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

24-ASSUNTO: AUTORIZÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE RECINTO IMPROVISADO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS ACADEMICAS E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 20**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 570/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, seja ratificado o seu despacho, datado de 31 de Outubro de 2011, no qual autorizou o funcionamento de recinto improvisado, para a realização das festas académicas, nos termos do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, bem como a isenção do pagamento da respectiva taxa, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 26.º, do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

25-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA SÉ – LAMEGO (**COD 41**)

REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 571/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, propondo à Exma. Câmara Municipal a aprovação, no âmbito das suas competências, a minuta do protocolo a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sé – Lamego.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

26-ASSUNTO: MINUTA (**COD 03**)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

Presidente

Secretário

27-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e quarenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário